

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO			
	Nota	2018	2017	Nota	2018	2017
Circulante...				Circulante...		
Disponibilidades		19.775	20.252	Outras obrigações	943	1.147
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	218	382	Fiscais e previdenciárias	943	1.147
Aplicações interfinanceiras de liquidez		18.886	18.828	Diversas	314	496
Outros créditos	7	671	1.042	Patrimônio líquido...	629	651
Diversos		671	1.042	Capital:	19.972	19.804
Realizável a longo prazo		657	16	De domiciliados no País	11.867	11.867
Outros créditos	7	657	16	Reserva de lucros	8.105	7.737
Diversos		657	16			
Permanente...						
Imobilizado de arrendamento	5 e 6	483	483			
Bens arrendados		1.399	1.399			
Superveniência de depreciação		483	483			
Depreciação acumulada		(1.399)	(1.399)			
Total do ativo		20.915	20.751	Total do passivo	20.915	20.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016...	11.867	683	6.281	773	18.831
Lucro líquido do exercício					773
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	39	-	(39)	-
Reservas Especiais de Lucro					
Saldos em 31 de dezembro de 2017...	11.867	722	7.34	(734)	19.604
Lucro líquido do exercício					368
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	18	-	(18)	-
Reservas Especiais de Lucro					
Saldos em 31 de dezembro de 2018...	11.867	740	7.365	(350)	19.972
Saldos em 30 de junho de 2018...	11.867	732	7.216	-	19.815
Lucro líquido do semestre					157
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	8	-	(8)	-
Reservas Especiais de Lucro					
Saldos em 31 de dezembro de 2018...	11.867	740	7.365	(149)	19.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes as sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras do exercício de 2018, foram aprovadas pela diretoria em 04 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstâncias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, considera a Portaria MF nº 140/84, que considera como abaixo:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período; e
- O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b. Estimativas contábeis

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de arrendamento mercantil, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Sociedade revisa as estimativas e premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

d. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez (Ligadas), cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, as diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas de 15%, acrescidas de 10% de adicional para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social, conforme a Lei nº 13.169 que estabeleceu a alíquota de Contribuição Social de 15 % a partir de 01 de janeiro de 2019. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos.

Ativos contingentes

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre	2018	2017
Receitas da intermediação financeira.....		584	1.170	1.740
Resultado de operações				
com títulos e valores mobiliários		584	1.170	1.740
Resultado bruto da				
intermediação financeira		584	1.170	1.740
Outras despesas operacionais		(215)	(473)	(516)
Outras despesas administrativas	12	(194)	(392)	(381)
Despesas tributárias		(38)	(90)	(144)
Outras despesas operacionais.....	14	(11)	(23)	(38)
Outras receitas operacionais.....	13	28	32	47
Resultado operacional		369	697	1.224
Resultado antes				
da tributação sobre o lucro		369	697	1.224
Imposto de renda	10.b	(49)	(99)	(199)
Contribuição social	10.b	(70)	(141)	(255)
Ativo fiscal diferido	10.b	(93)	(89)	3
Lucro líquido do exercício.....		157	368	773
Lucro líquido por ação				
do capital social - R\$.....		0,02	0,05	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre	2018	2017
Lucro líquido do exercício/semeestre ajustado....		349	680	1.230
Lucro líquido do período antes do imposto				
de renda e contribuição social.....		369	697	1.224
Reversão/despesa com provisões para contingências....	(20)	(17)	6	
Variação de ativos e obrigações.....		(395)	(786)	(436)
(Aumento)/Redução em outros créditos				
e outros valores e bens.....		(351)	(359)	67
Aumento/(Redução) em outras obrigações		(11)	(6)	(7)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(33)	(421)	(496)
Atividades operacionais - Caixa				
liquido proveniente/aplicado).....		(46)	(106)	794
Aumento líquido de caixa				
e equivalente de caixa.....		(46)	(106)	794
Saldo de caixa e equivalentes				
no início do semestre/exercício.....		19.150	19.210	18.416
Saldo de caixa e equivalentes				
no final do semestre/exercício		19.104	19.104	19.210
Aumento/Diminuição líquido				
de caixa e equivalente de caixa		(46)	(106)	794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)****Outros ativos**

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com o seguinte aspecto:

• Depreciação do custo dos bens arrendados reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil para pessoa jurídica, segundo o determinado pela Portaria MF nº 140/84, sendo: pessoa física - 20% ao ano (vida útil de 60 meses) e pessoa jurídica - 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo**Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício;
- Contribuição social - 20% sobre o lucro tributável;
- O imposto de renda diferido é calculado sobre a superveniência de depreciação.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável.

As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

4. APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representado por depósitos interfinanceiros:

	2018	2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Ligadas)	18.886	18.828
	18.886	18.828

5. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do BACEN, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular nº 1.429/89, do BACEN, a Sociedade não obteve valor classificado como insuficiência de depreciação no exercício de 2018, cuja natureza é de despesa de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado da provisão para superveniência de depreciação, no montante de R\$ 483 (R\$ 483 em 31 de Dezembro de 2017), está classificado em imobilizado de arrendamento.

6. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2018	2017
Veículos e afins	1.399	1.399
Superveniência de depreciação	483	483
Depreciação acumulada	(1.399)	(1.399)
	483	483

Os contratos de arrendamento mercantil contêm cláusulas de opção de compra e de seguros dos bens objetos de arrendamento, a favor do arrendador.

7. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	2018	2017
Crédito tributário (Nota 10c)	675	764
Devedores diversos - país	588	221
Devedores por depósito em garantia	65	73
	1.328	1.058
Circulante	671	1.042
Realizável a longo prazo	657	16

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018	2017
Credores por antecipação de valor residual	483	483
Fiscais e previdenciárias (i)	314	496
Provisão para passivos contingentes (nota 9)	134	151
Credores diversos país	12	17
	943	1.147
Circulante	943	1.147

Refere-se principalmente a provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação.

9. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Leasing é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões civis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

	2018	2017	
Provisão para contingências civis	23	40	
Provisão para contingências tributárias	111	111	
Saldos	134	151	
a. Movimentação dos processos			
Dezembro de 2017			
Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo final
Provisão para contingências civis (i)	40	8	(25)
Provisão para contingências tributárias (ii)	111	-	111
Saldos	151	8	(25)
Exercício 2018			
Total de créditos tributários em 31 de dezembro de 2018..	670	3	2

O valor presente deste crédito tributário é no montante de R\$ 633 em 31 de Dezembro de 2018, (R\$ 714 em 31 de Dezembro de 2017), considerando a taxa SELIC de 6,50% ao ano. Os critérios e constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente;
- A realização dos créditos tributários constituídos, existente em 31 de dezembro de 2018, foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sobre o desfecho das provisões são de: 99,26% no ano de 2019; 0,44% no ano de 2020 e 0,30% no ano de 2021. Estas estimativas serão revisadas anualmente.
- Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, considerando as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômicos financeiros.

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de arrendamento, sendo em sua maior parte do juizado especial civil e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processo tributário sobre IPVA.

Em 31 de Dezembro de 2018 a Leasing possui um total de R\$ 103 para processos cujos riscos de perdas foram classificados como possível (não possuía em 31 de dezembro de 2017).

A DIRETORIA**ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Acionista da
Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - São Caetano do Sul - SP

Opinião com ressalva

Examínamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Leasing S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa das demonstrações financeiras nº 5. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e semestre e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omission ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 14 de fevereiro de 2019